

Declaração Política – Estratégia para a Educação a 10 anos

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA
Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo da RAA
Senhores Membros do Governo

Em boa hora entendeu o XIII Governo da Região Autónoma dos Açores lançar a debate uma estratégia para a educação a 10 anos.

A Iniciativa Liberal encara com enorme satisfação essa iniciativa do Governo que envolve também os Partidos com assento Parlamentar e para a qual tentaremos contribuir.

Na verdade, o Iniciativa Liberal entende que a educação e a formação são a melhor “autoestrada” possível para retirar da situação de pobreza muitos dos açorianos que nela se encontram mergulhados. Nesse sentido, seremos parceiros ativos e aliados críticos e presentes na definição de políticas de educação que possam garantir a alavancagem da sociedade açoriana para posições mais confortáveis entre os nossos parceiros da União.

Nós liberais acreditamos nas empresas, na capacidade dos mercados se autorregularem, mas sobretudo acreditamos que a liberdade dos cidadãos e a sua capacitação sem peias lhes permite a busca de soluções e caminhos inovadores e empreendedores, ao invés do seguidismo e do condicionalismo paternalista que tem sido prática corrente nos regimes socialistas e que, na nossa região e em nosso entender, foi causa de uma determinada letargia social e política.

No entanto, não nos demitimos das preocupações sociais e entendemos que, na esteira do pensamento das novas correntes liberais (*social liberalism*), a equidade no acesso à educação e aos cuidados de saúde primários é fundamental para garantir coesão social e o crescimento socio profissional que redundará, certamente, numa sociedade mais justa e logo mais livre, mais criativa e mais próspera.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente e
Senhores Membros do Governo

Pela frente temos um Quadro Financeiro Plurianual e outro mecanismo financeiro dedicado à recuperação e resiliência, com recursos financeiros que nos permitirão recentrar políticas e concentrar esforços no sentido de ações inovadoras, arrojadas, destemidas e determinadas, pois acreditamos que só fazendo diferente podemos almejar alcançarmos resultados melhores.

O documento estratégico para a educação que foi apresentado pelo Governo aos Partidos políticos, no passado mês de janeiro, é bastante incipiente, mas não deixa, no entanto, de ser um bom princípio de trabalho, um indutor das políticas que se consideram necessárias para melhorar os resultados desejados.

É fundamental formar para o futuro e isso não se faz com métodos ultrapassados nem com os meios de sempre. Os alunos, na sua larga maioria, já estão à frente da escola no que concerne a meios tecnológicos de aprendizagem. Ora, aqueles que, por razões financeiras ou sociais não têm acesso privado a esses meios, se não o tiverem na Escola, perdem o “comboio”. Não podemos insistir na dicotomia maniqueísta de que uma escola é boa e a outra não serve, não podemos insistir na ideia de que apenas a escola pública serve os mais pobres e remediados, há que inovar também na forma de financiar o ensino dando liberdade de escolha aos alunos para frequentarem o ensino privado pelo mesmo custo que tem o ensino público, só assim será garantida equidade e só assim será apetecível às escolas públicas, no quadro da autonomia que lhes deverá ser concedida, inovarem e investirem para se tornarem apetecíveis para alunos de todas as origens sociais e económicas.

A formação em pensamento computacional é, pelo exposto no parágrafo anterior, fundamental para alcançarmos o desiderato estratégico a que nos propomos. No entanto, ao nível do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo, é fundamental garantir que não haverá sobrecarga dos educadores e dos professores. Uma das críticas mais recorrentes dos professores do 2º e 3º ciclos e até do secundário é que muitos alunos chegam a esses níveis de ensino sem as chamadas competências básicas, ou seja, sem saber ler, escrever e contar.

Ora, mais uma vez em nosso entender, o sistema não deve sobrecarregar ainda mais o pré-escolar e o básico com a formação em pensamento computacional, porque ninguém desenvolve esse tipo de competências se não souber ler e escrever com facilidade na língua nativa, bem como, na cada vez mais internacional língua inglesa,

ou sem noções básicas de aritmética que é a base para a matemática, que por sua vez é a base para a informática.

Devido aos programas serem extensos torna-se escasso o tempo para o desenvolvimento da crítica e da criatividade. O raciocínio lógico e a abstração são pouco desenvolvidos e trabalhados. Ora o bom uso das novas tecnologias agiliza esses processos e potencia a capacidade do aluno em adquirir essas competências. No entanto, a escola carece de meios. Tome-se por exemplo o estado deplorable a que chegou a Escola Secundária Antero de Quental, com uma rede de internet muito fraca e que raramente funciona bem, com escassos recursos informáticos, nomeadamente computadores, videoprojectores, quadros inteligentes (*smartboards*) e outros. As suas estruturas físicas a carecerem de uma intervenção profunda e de obras de recuperação, reparação e manutenção. Provavelmente este problema replica-se por muitas das escolas mais antigas da Região.

É urgente desburocratizar a escola e principalmente libertar os Professores das tarefas que lhes retiram tempo para o ensino, para a sua formação e para a sua requalificação. Os docentes estão assoberbados com burocracia que deveria ser reduzida ou nessa impossibilidade garantida por pessoal não docente, reservando aos professores apenas a nobre tarefa de ensinar.

Assistimos nos últimos 20 anos a uma instabilidade tremenda na carreira docente que não é motivadora, essas questões deverão ser dirimidas a curto prazo. Só com a última transição de carreira os docentes perderam 3 anos. Deve este tempo ser devolvido para manter os atuais professores no sistema e ao mesmo tempo deve ser feito um esforço de valorização da profissão no sentido de cativar os mais jovens para a carreira docente e para o ensino público.

Os alunos devem ser acompanhados o mais possível na escola, devem inclusive chegar a casa e não necessitarem de pegar mais nos livros (que já deviam ser gadgets na sua totalidade). No entanto o desenvolvimento e o envolvimento da comunidade escolar são fundamentais para a criação até de um certo sentido de pertença. O envolvimento dos encarregados de educação é um passo importantíssimo no processo educativo. Será uma grande luta pois o desinteresse é enorme, mas que no futuro, acreditamos, que se irão colher bons frutos com vantagens para todos. Sabemos que será uma luta titânica que muitas vezes levará à desilusão e ao desalento. Irá ser frustrante trabalhar com tanto desinteresse, mas acreditamos que muitos educandos irão beneficiar bastante com este envolvimento.

Mais uma vez, atente-se num exemplo: as escolas em Rabo de Peixe onde houve uma tentativa de ministrar uma formação muito básica de informática para os

pais poderem acompanhar e ajudar nas aulas, quando os filhos estivessem em isolamento profilático. Só apareceram os encarregados de educação que não necessitavam dessa formação.

A nossa comunidade escolar é pequena, mesmo muito pequena. Não se compreende tanta resistência em partilha de serviços, de professores e até de pessoal não docente, paralelamente à autonomia da escola em termos de gestão. Deve haver uma agilização de procedimentos por forma a garantir complementaridade entre escolas.

As linhas gerais que agora nos foram presentes e que com o contributo de todos (os que assim entenderem) serão melhoradas e aprofundadas num futuro próximo, é o “pontapé de saída” de uma estratégia cheia de boas intenções e cuja operacionalização irá carecer de um avultado investimento em meios técnicos e humanos, meios esses que, em nosso entender, apenas estarão disponíveis nos próximos anos, tendo em consideração o novo quadro plurianual da União Europeia, conjugado com o Plano de Recuperação e Resiliência.

Disse.

Horta, 10 de fevereiro de 2022

O Deputado Regional

Nuno Alberto Barata Almeida E Sousa

